

# Trabalho, formação e política em debate na pesquisa-intervenção em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de Porto Alegre (RS)

Luís Giorgis Dias<sup>1</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS, Brasil)

Fernanda Spanier Amador<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS, Brasil)

Este artigo coloca em debate a relação entre trabalho, formação e política a partir de uma experiência de pesquisa-intervenção realizada com trabalhadores de uma Unidade Básica de Saúde do município de Porto Alegre. Iniciamos posicionando a tríade “trabalho-formação-política” esboçando a compreensão que temos dessa relação. A seguir, apresentamos os principais operadores teórico-metodológicos utilizados na pesquisa, destacando o emprego da cartografia e o dispositivo da instrução ao sócia. Por fim, desenvolvemos trechos do material analisado por meio dos operadores conceituais e metodológicos propostos, indicando que a análise da atividade suscita a colocação de problemas aos saberes construídos no trabalho, constituindo outras maneiras de trabalhar em meio a debates que envolvem decisões relacionadas aos impactos do trabalho para os trabalhadores e o território onde atuam. Concluímos, com base na investigação feita, que a construção de saberes ao trabalhar não é somente uma tessitura de si ou de saberes, mas também, e necessariamente, da própria política, visto que viver o/no/pelo trabalho, renormatizando os processos, implica a tessitura dos modos de viver em conjunto.

Palavras-chave: Clínicas do trabalho, Formação, Instrução ao sócia, Cartografia, Política.

Work, professional development, and politics in debate in an intervention-research in a Basic Health Unit in Porto Alegre (RS)

This article discusses the relationship between work, professional development, and politics based on an intervention-research experience conducted with workers of a Basic Health Unit in the city of Porto Alegre. We begin by positioning the “work-education-politics” triad, outlining our understanding of this relationship. Next, we present the main theoretical-methodological operators used in this research, highlighting the use of cartography and the device of the instruction to the double. Finally, we developed excerpts of the analyzed material with the proposed conceptual and methodological operators, indicating that the analysis of the activity leads to posing problems to the knowledge built at work, constituting other ways of working in the midst of debates that involve decisions related to the impacts of the work for the workers and the territory where they work. We conclude, based on the investigation carried out, that the construction of knowledge when working is not only a weaving of itself, or of knowledge, but also, and necessarily, of the policy itself, since living the/in/through work, normalizing the processes again, implies weaving the modes to live together.

Keywords: Labor clinics, Professional development, Instruction to the double, Cartography, Politics.

1 <https://orcid.org/0009-0007-1194-9456>

2 <https://orcid.org/0000-0002-7385-8900>

## **Introdução**

**E**ste artigo é resultado de uma pesquisa-intervenção pela qual investigamos as relações entre trabalho, formação e política junto de trabalhadores de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do município de Porto Alegre. A relação entre a tríade trabalho-formação-política foi desenvolvida ao longo da pesquisa, na medida em que os modos de trabalhar, ao serem postos em questão pelos trabalhadores, instiga a construção de novos saberes e práticas sustentadas em debates de normas e valores que fundam jeitos de se relacionar consigo, com o trabalho e com os outros. Tal dinâmica leva ao desenvolvimento de novos meios de viver em conjunto, o que para nós constitui o exercício da política operada em ato por meio do trabalho.

Dos referenciais empregados, destacamos as contribuições da clínica da atividade (Clot, 2010) e da ergologia (Schwartz, 2011), ambas abordagens situadas no campo das clínicas do trabalho e que tomam o trabalho como “atividade”. Para Schwartz e Durrive (2007), a experiência de gerir a distância entre trabalho prescrito e trabalho real implica em uma nova normatização dos processos de trabalho, isto é, envolvem elementos históricos singulares e compartilhados que suscitam debate de normas e valores. Assim, o trabalho passa a ser compreendido pelo seu caráter coletivo e necessariamente atravessado pela política, esta última entendida como modos de gerenciar juntos a vida compartilhada (Baptista, 2012). De modos distintos, Clot (2010) e Schwartz (Schwartz & Durrive, 2007) sinalizam o potencial criador presente no conceito de trabalho como atividade, destacando como ela opera no sentido da produção de mundos pela ação. É no lastro dessas contribuições que buscamos compreender como a experiência do trabalho como atividade funda meios para viver junto.

Pela pesquisa em questão, explora-se como uma proposta de formação em serviço pensada a partir da análise da atividade carrega o potencial de instaurar o que Foucault (2004) chama de “problematização”, de tal maneira que o exercício crítico entre os pares produz fissuras nos saberes constituídos relacionados aos modos de trabalhar da equipe. Dessa forma, trazemos para a discussão o conceito deleuziano de aprender, que, ao dar destaque ao movimento entre a fissura de um saber e a necessidade da busca de constituição de outros saberes, ajuda-nos a pensar uma perspectiva de formação em serviço que ocorra tendo como centro o fomento de discussões a respeito dos rumos atuais e futuros do trabalho em análise, em que destacamos como esse exercício é caracterizado pela experiência do fazer política, uma vez que coloca em questão a construção dos modos de viver em conjunto operada em meio ao trabalhar.

## **O trabalho como atividade: produção de mundo em meio aos debates de normas e valores**

O conceito de atividade pode ser abordado a partir da relação entre as categorias trabalho prescrito e trabalho real. Provenientes da ergonomia, o trabalho prescrito implica o universo de normativas que orientam a realização de determinada tarefa, sejam elas oficiais ou não. Porém, uma vez em situação de trabalho, as prescrições que orientam determinada tarefa jamais darão conta daquilo que Canguilhem (2012) chama de “infidelidades do meio”. Trabalhar implica lidar com o imprevisível, que irá lançar o trabalhador em um movimento no qual tenta reconfigurar as prescrições para lidar com situações específicas. O resultado desse movimento consiste no trabalho real, aquele que acontece apesar das prescrições, aquém e além delas (Clot, 2010). Seria, então, entre essas duas categorias que poderíamos situar a atividade, espaço onde acontece uma microgestão entre aquilo que deveria ser feito e aquilo que se faz.

É preciso sinalizar que a atividade não se trata apenas de um ajuste dirigido a fazer algo previamente estabelecido, que são as prescrições. Tampouco a atividade é exatamente aquilo que

foi feito ou que pode ser medido pelo trabalho real. No movimento de fazer uso das prescrições, os trabalhadores vivem embates pelos quais disputam a direção de seu trabalho na medida em que tomam decisões. Isso vai fazer da atividade um microespaço marcado pela tentativa de gerir inúmeros fatores, da qual sobressai como resultado uma das possibilidades que foram ali desenhadas<sup>3</sup>. Ela mostra como as normas são tomadas pelos seus operadores, rearticuladas e reordenadas a partir dos desafios e dos dilemas provenientes do real, fazendo sempre algo que escapa ou até antagoniza o que se tentou antecipar como resultado ideal.

Schwartz (2011) afirma que a atividade possui como característica um “debate de normas e um mundo de valores” e pontua que as normas são componentes socialmente construídos, cristalizações provenientes de uma história atravessada por tomadas de decisão singulares e conjuntas, que servem como regramentos que buscam, alguns mais e outros menos, antecipar os desafios provenientes das infidelidades do meio buscando seu ordenamento ou controle. Essas “normas antecedentes” são compostas por toda sorte de saberes e produções globais ou locais, oficiais ou não, como protocolos de segurança, o ordenamento de um ambiente de trabalho, notas técnicas de determinada categoria, conhecimentos atuais sobre determinada área de atuação, leis, acordos explícitos e implícitos de um ambiente de trabalho etc. Sendo necessariamente produtos de sua época e estando constantemente em uso pelos viventes, não podem, portanto, ser consideradas neutras, mas sim embebidas pela história.<sup>4</sup>

Essa complexidade de embates que ocorrem em meio à atividade leva Bendassolli e Soboll (2011) a caracterizá-la como um campo de forças, de maneira que entrar em atividade perpassa por algo da ordem da luta: as escolhas feitas no percurso do trabalhar produzem maneiras específicas – mas sempre provisórias – de gerir o próprio trabalho e de construir, difundir e reordenar normas e valores que forjam uma história conjunta.

O conceito de ofício (Clot, 2010) auxilia na compreensão do trabalho como algo inscrito em uma história coletiva, que se intercala com componentes singulares dos trabalhadores em um movimento de feitura e cultivo de uma obra comum. Clot (2010) caracteriza o ofício como tendo quatro dimensões: impessoal, pessoal, interpessoal e transpessoal.

A dimensão impessoal do ofício se refere às normas oficiais que estão presentes na regulação de determinado ofício e que compõem o campo de prescrições estabilizadas sobre ele. A dimensão pessoal do ofício seria aquela relacionada ao potencial de contribuições particulares que cada trabalhador porta ao trabalho, uma vez que possui uma trajetória de vida específica, bem como realiza operações valorativas das normas de maneiras singulares. Já a dimensão interpessoal se refere ao endereçamento que acontece entre os pares, dinâmicas específicas que são provenientes do endereçamento do trabalho em composição com os pares. Por fim, a dimensão transpessoal se refere a um patrimônio comum circunscrito na dimensão genérica de determinado trabalho, extrapolando os limites locais e configurando-se como um patrimônio histórico ao qual os operadores de determinado ofício têm acesso, mesmo que não estejam necessariamente trabalhando no mesmo local.

Esse conjunto de práticas historicamente desenvolvidas é o que sustenta a atividade, que para nós implica em inscrever o trabalhar sempre em um plano coletivo, visto que é pela partilha de uma história comum<sup>5</sup> que se viabiliza o ofício. “Coletivo” aqui é entendido não no sentido de aglomeração de pessoas, “mas sim de uma impessoalidade capaz de afirmar o ‘para todos e qualquer um’ . . . Coletivo

3 “ . . . o real da atividade é também tudo o que não se faz, aquilo que não se pode fazer, aquilo que se busca fazer sem conseguir – os fracassos –, aquilo que se teria querido ou podido fazer, aquilo que se pensa ou que se sonha poder fazer alhures. É preciso acrescentar a isso – o que é um paradoxo frequente – aquilo que se faz para não fazer aquilo que se tem que fazer ou ainda aquilo que se faz sem querer fazer. Sem contar aquilo que se tem de refazer” (Clot, 2006, p. 116).

4 Schwartz e Durrive (2007) chamam de “invivível” uma adesão completa à norma (ou a antecipação absoluta do trabalho). A atividade convida sempre à renormatização, exercício marcado pela necessidade de questionar, transgredir e modificar essas normas, o que implica em tomadas de posição diante de determinadas situações, conformando dramáticas pelas quais se forja a vida e o próprio trabalho.

5 Dadas as dimensões do ofício, comum aqui não se refere ao fato de algo igual para todos, mas produção contínua daquilo que é compartilhado: uma história a qual se faz parte mediante dissensos, heterogeneidade e diferenças.

não se refere, portanto, a uma unidade pronta; ao contrário, diz de um exercício de composição” (Barros & Pimentel, 2013, p. 6). Trata-se de uma dinâmica de composição daquele(s) que trabalha(m) com um campo heterogêneo de saberes/fazerem instigados pelo enfrentamento ao real.

Dada a dinâmica acima colocada do ofício, que é um meio por onde nos conectamos nos mais variados níveis singulares e coletivos com os humanos e com a história, é possível adentrarmos na proposta de discutir a política e como ela se agencia com o trabalho. É preciso, antes, situar de forma mais precisa o que compreendemos como “política”, fazendo como primeiro movimento descolar a palavra da instituição Estado, ainda que este seja componente importante da política, como vemos na luta pela saúde pública e gratuita. Comumente associada aos poderes instituídos ou ao Estado e suas instâncias, a política acaba geralmente sendo definida na forma de nossos governantes ou como uma maneira de se referir à ciência ou modos de governar, bem como às formas distintas de disputar o poder estatal. Os efeitos dessa maneira de encarar a temática levam geralmente a transferir para o Estado as responsabilidades referentes à gestão da vida pública e o poder decisório de forma total, além de centralizar nele e em sua disputa os fins da própria política.

Baptista (2012) resgata a origem do termo “política” como advindo da palavra grega *politikós*, que é desdobramento da ideia de pólis. O termo se referia ao que é urbano, o que diz da vida na cidade. O entendimento dos gregos da época partia da inseparabilidade entre o governo de si e o governo da própria vida na cidade: governar a si, governar a casa e participar do governo da cidade eram entendidos da mesma maneira. Não se trata aqui de uma vontade de retomar um modo de vida grego (até porque nessa época apenas alguns seletos eram reconhecidos como cidadãos), mas sim a compreensão de que viver é também produzir a cidade. Ou seja, renormatizar é uma tessitura de si e também da própria polis – nesse aspecto, podemos adicionar: viver o/no/pelo trabalho, renormatizando, implica nesta tessitura do que é viver em conjunto.

Barros e Pimentel (2013) trazem outras ricas contribuições para esse debate. Os autores historicizam os movimentos de criação e produção do Estado brasileiro, demonstrando como historicamente o Estado se constitui como aquilo que se refere ao público (o que é comum e de todos) em contraposição ao que é privado. Produz-se, assim, uma falsa dicotomia, uma vez que “o público se expressa pelas forças coletivas, logo essa esfera está potencialmente presente em qualquer governo, inclusive nos ditatoriais, ainda que não seja sua bandeira. Tal diferenciação pauta-se na dicotomia indivíduo-sociedade” (Barros & Pimentel, 2013, p. 10).

O “sequestro” do que é coletivo pela forma do Estado faz pensar que ele por si só carrega o que é público. A proposta é a de que possamos questionar qual é o caráter público das ações estatais. Trazemos essa reflexão para exemplificar como a política, quando tomada em seu sentido amplo, que ultrapassa seu entendimento restrito ao Estado, faz-se imbricada nas produções de normas em meio ao trabalho, uma vez que o trabalho dentro do Sistema Público de Saúde (SUS) pode carregar um caráter público, ou, pelo contrário, reforçar um caráter privatizante da vida em comum mediante tecnologias de gestão neoliberais ou condutas alinhadas de forma excessiva aos valores do polo mercantil apresentados por Schwartz e Durrive (2007). A atividade, com sua característica produtora de relações, é o que enlaça os elementos da tríade trabalho-formação-política, na medida em que trabalhar implica na (re)criação de normas mediante a experiência do e no trabalho, reconfigurando-o por meio de embates produzidos nos diversos encontros do cotidiano.

## Percurso metodológico

Participaram da pesquisa-intervenção 12 trabalhadores das seguintes categorias: medicina, enfermagem, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde. O total de tempo em campo foi de aproximadamente cinco meses, sendo dois deles dedicados ao primeiro entre-movimento da pesquisa

e os outros três para os segundo e terceiro entre-movimentos. Chamamos de entre-movimentos pois reconhecemos que não houve uma dinâmica de “fases” da pesquisa e sim um coengendramento, em que os movimentos estiveram presentes um no outro, ganhando mais ou menos foco, mas sempre conjugados.

Traremos nessa seção os dois primeiros desses entre-movimentos de forma mais detalhada: “Habitar um território existencial e produzir um problema comum” e “Coanálise da atividade”. O terceiro movimento (“Roda final de conversa”) será abordado como seção conclusiva deste artigo.

### ***Habitar um território existencial e construir um problema comum***

No primeiro entre-movimento, focamos na produção de um território compartilhado para se habitar, marcado pelo trânsito do pesquisador no cotidiano de trabalho da UBS, produzindo registros na forma de diários de campo e investindo no traçado de um plano problemático compartilhado.

A primeira estratégia empregada foi a “partilha conceitual”. Partimos da elaboração da ergologia sobre o Dispositivo Dinâmico a 3 Polos (DD3P)<sup>6</sup> e das Comunidades Ampliadas de Pesquisa (CAP)<sup>7</sup> para fundamentar a estratégia de apresentar, desde o início, elementos conceituais chave da pesquisa aos trabalhadores, buscando constituir um campo de troca de saberes entre trabalhadores e pesquisador. Utilizamos uma pequena cartilha contendo elementos conceituais e metodológicos e apostamos em uma exposição dialogada a partir deles junto à equipe.

A partir dessas trocas, montou-se com os trabalhadores um cronograma prevendo quatro turnos da semana nos quais o pesquisador estaria presente na UBS acompanhando o cotidiano de trabalho. Acompanhar o cotidiano de trabalho é parte da tradição da ergonomia francófona que fundamenta a clínica da atividade e a ergologia em suas bases. Ela sustenta o quanto é imprescindível partilhar da experiência do trabalhador, aproximando-se dela em situação, observando no calor dos momentos os fluxos e desvios do trabalho (Clot, 2010; Zambroni-de-Souza et al., 2009). Foi também acordado que, passado o tempo combinado de cerca de dois meses, seria apresentada uma sistematização da parte do pesquisador desse período imerso no cotidiano de trabalho em uma reunião de equipe, tendo em vista estabelecer um problema comum a ser analisado no entre-movimento posterior.

É por conta desse caráter, que engloba tanto uma presença física intensa no campo como também a admissão e importância das subjetividades em jogo, que falamos em habitar um território existencial, tal qual como uma das pistas da cartografia sugere (Passos et al., 2015). Trata-se de estar com essa equipe e seu campo de trabalho, dotado de uma abertura aos elementos que irão surgir a partir desse encontro, aberto a sentir. “Território” é entendido aqui não somente como esquadramento geográfico, e sim como campo de forças sempre em fluxo, do qual o pesquisador admite fazer parte e fica aberto à composição<sup>8</sup>. Reforçamos: “Habitar um Território Existencial” não consiste em momento restrito ao momento inicial da pesquisa, uma vez que o território está sempre se fazendo em meio a ela.

Ao habitar esse território existencial, utilizamos a cartografia (Passos et al., 2015) como meio de investigação ligado ao acompanhamento de fluxos. Partindo da leitura de plano de forças e da modalidade-pesquisa intervenção, habita-se o campo e busca-se observar as reverberações produzidas mediante o encontro entre campo e pesquisador, analisando as implicações com o rigor

6 O DD3P é uma proposição da ergologia que visa compreender a dinâmica de saberes presente na atividade. O polo um é o polo dos “saberes constituídos”, esses sistematizados e de certa forma universalizados pela ciência. O polo dois é o polo dos saberes investidos, relacionados ao singular de certo espaço e trabalho. Por fim, o terceiro polo é o da atividade, que sustenta o “entre” o polo um e dois e mantém ambos em debate de normas e valores (Schwartz & Durrive, 2007). Parece-nos importante desde já essa troca de saberes a partir de posições distintas, uma vez que se pretende pesquisar juntos o trabalho.

7 “[As CAP] como aposta em uma metodologia de construção coletiva que tem, como perspectiva ética, a sustentação autônoma do conjunto de trabalhadores da Saúde. Objetiva-se refletir sobre a construção de espaços de diálogo onde os trabalhadores possam analisar os efeitos dos processos de trabalho em sua própria saúde” (Mori et al., 2009, p. 720).

8 Trata-se de “um caminhar mútuo por processos mutantes que, justo por não poder ser resumida ao encontro de unidades distintas (sujeitos da investigação X objetos a serem investigados), . . . deve guardar sempre a possibilidade do ineditismo da experiência humana, e o pesquisador a disposição para acompanhá-la e surpreender-se com ela” (Paulon, 2005, p. 21).

e o compromisso com o que ali se produz coletivamente. Sendo o objetivo acompanhar esses fluxos, a questão que se colocou foi: como cartografar as linhas referentes à atividade dos trabalhadores?

Clot (2010) utiliza o mote “intervir para conhecer”, uma vez que o acesso à atividade se dá através da intervenção do pesquisador no campo, visto que ela não é “visível”. É necessário um acesso indireto, como o questionamento a respeito do que se faz, sendo fundamental ao longo da pesquisa indagar os trabalhadores a respeito do que pensaram durante certa situação e o caminho percorrido para resolvê-la.

Em meio a tantos fluxos, palavras, corpos, sinais, geografias, sensações térmicas, sons etc. espalhados no cotidiano de uma unidade de saúde, é preciso modular a atenção: como operar com a atenção em uma pesquisa que se propõe a acompanhar a atividade no trabalho em uma pesquisa que se inscreve em inspirações cartográficas? Passos et al. (2015, p. 42) sinalizam que “a subjetividade do cartógrafo é afetada pelo mundo em sua dimensão de matéria-força, e não na dimensão de matéria-forma”. Trata-se não de observar e descrever uma realidade posta, mas compreender seus diversos elementos como em produção. O “por quê?” passa a ser substituído pelo “como?”. Sendo imprescindível o diálogo para que se possa acessar a atividade e a experiência no trabalho, essa proposta deu bons elementos de “como conversar” no sentido de buscar não uma fala sobre a experiência e sim a experiência na fala (Tedesco et al., 2013).

Freire (1983) foi outro autor que nos trouxe inestimáveis contribuições para construir e habitar esse território existencial. É inviável investigar a atividade junto de outras pessoas sem a amorosidade e um profundo interesse pelas obras que os sujeitos realizam, bem como o reconhecimento dos saberes que eles utilizam e reconfiguram na medida em que fazem valer suas existências por meio da ação no mundo. Falamos em “morosidade” uma vez que é preciso disposição e abertura para se deixar tocar pelos relatos dos trabalhadores e navegar junto deles pela experiência.

Ao longo desse entre-movimento, os elementos “colhidos” em campo foram postos em análise por meio da utilização de diários de campo. Buscamos na análise institucional um método para sistematizar essa experiência em campo e utilizamos o que Hess e Weigand (2006) chamam de “escrita implicada”. Essa escrita envolve o desenvolvimento de um ou mais diários de bordo, em que se tenta captar “no dia-a-dia as percepções, as experiências vividas, os diálogos, mas também as sobras do concebido que emergem” (Hess & Weigand, 2006, p. 16). Sendo assim, os registros não eram apenas descritivos, mas buscavam trabalhar os efeitos desse encontro tanto no pesquisador como no campo.

Nesse processo de escrita, damos destaque à análise de implicação. Na análise institucional (Altoé, 2004), o conceito de implicação não trata de um maior ou menor investimento em uma tarefa. Trata-se da admissão da complexidade relacional atravessada em diversos nós de relações que vão estruturando o campo e a dinâmica do pesquisador com seu objeto. Ao admitir que há um coengendramento produtivo entre pesquisador e campo, resta pensar as modulações que sofre essa relação buscando feixes que viabilizem analisar os jogos de força presentes nela. Exploramos nesse processo o jogo de forças entre instituição, instituído e instituinte, buscando a produção de analisadores<sup>9</sup> (Romagnoli, 2014) que pudessem auxiliar a montar um problema comum.

Passado o tempo combinado, foi realizado um espaço de restituição dos materiais já sistematizados pelo pesquisador<sup>10</sup> junto aos trabalhadores, seguido de uma dinâmica de escrita de cartas usando um compilado de falas provenientes dos registros dos diários. A consigna utilizada foi a de que se dividissem em pequenos grupos, discutissem o compilado de falas e que na escrita assumissem o lugar de um usuário e endereçassem a carta à UBS Coragem.

9 “Os analisadores podem ser entendidos como efeitos ou fenômenos que emergem como resultado de um campo de forças contraditório e incoerente, porta-vozes dos conflitos em assídua oposição ao harmônico e ao estático acalentados pela instituição. Os analisadores irrompem nas organizações de forma a mostrar que elas não apenas reproduzem o que já estava previsto, mas também produzem o impensado, o conflitivo, revelando a ação do instituinte, possibilitada pelo aflorar do negativo não integrado no equilíbrio profissional” (Romagnoli, 2014, p. 47).

10 A restituição não consiste apenas em uma devolutiva. Trata-se de abrir esses dados produzidos ao próprio campo, para que este possa deles fazer uso e exercer a coanálise, podendo incidir diretamente sobre os rumos da pesquisa (Lourau, 1993).

A partir da leitura das cartas produzidas, buscamos construir um problema a ser alvo da análise. Elencar um problema comum mediante o diálogo das experiências é inspirado nos “Círculos de Cultura”, de Freire (1983): neles ocorre o exercício de produzir um “tema gerador” a partir de uma discussão em círculo, de forma que os participantes coloquem questões e possam elencar uma que seja de interesse comum dos presentes, ou seja, compartilhar um problema. Os trabalhadores levantaram como problema comum o conflito com usuários no cotidiano do serviço UBS.

### ***Coanálise da atividade: a instrução ao sócia***

Após o delineamento do problema a ser analisado, ingressamos no momento da pesquisa que teve como propósito coanalisar a atividade. Utilizamos a instrução ao sócia tendo como mote “situações de conflito com os usuários”, totalizando quatro encontros. Os primeiros dois encontros tiveram como instrutora uma técnica de enfermagem e os dois últimos a enfermeira e coordenadora.

Oriundo das experiências de Ivar Oddone com o Movimento Operário Italiano, o objetivo do método de IaS é o de produzir “uma transformação do trabalho do sujeito mediante um deslocamento de suas atividades” (Clot, 2006, p. 143). Funciona por meio da delimitação de uma sequência ordinária do trabalho do cotidiano com o foco de entender mais o “como” de sua produção do que seus porquês.

O dispositivo funciona da seguinte maneira: há um instrutor e um sócia (geralmente o pesquisador). O pesquisador lança então a seguinte consigna como sócia: “imaginemos que no dia X eu venha te substituir no seu lugar de trabalho sendo seu sócia. Você vai ter que me orientar, dizendo o que eu tenho que fazer nesse trabalho pra que ninguém perceba que eu sou seu sócia”.

Baseado nessa consigna, o instrutor deve orientar o sócia a respeito de como ele deve trabalhar a partir das perguntas que o sócia irá lançar. A função central desse dispositivo é a de que a partir da presença do sócia, a atividade do instrutor possa ser “duplicada”: ele a dirige tanto para o seu próprio trabalho, evocando sua experiência, quanto ao próprio sócia, o qual ele precisa instruir de forma adequada (Clot, 2006). Ao tornar a própria experiência “alheia”, abre-se a possibilidade de uma “ação sobre a ação” mediante o pensamento<sup>11</sup>, tornando possível que uma experiência se faça reconfigure em outra a partir dessa ação.

A função do sócia é colocar empecilhos ao instrutor, dificultando sua tarefa de explicar como trabalhar ao mesmo tempo em que cria fissuras na linearidade que tende a surgir quando se relata uma rotina de trabalho. Na medida em que o instrutor narra o trabalho, o sócia precisa produzir quebras no que aparece como naturalizado ou implícito. Para isso, precisa indagar o instrutor com frequência, desfazendo subentendidos e jogando elementos disruptivos, de certa forma “brincando” com as infidelidades do meio (Batista & Rabelo, 2013).

No momento da instrução, era realizada uma gravação do encontro, posteriormente transcrita para depois ser retomada em uma segunda reunião, também gravada. Assim, cada exercício completo de instrução ao sócia era caracterizado por dois momentos: um para o exercício e outro para conversar sobre as impressões após a leitura da transcrição. Durante a instrução a estratégia adotada foi a de o pesquisador ser o sócia por cerca da metade do tempo, para depois convidar os trabalhadores a assumirem o sócia.

### ***Coanálise da atividade: problematização e produção de mundo e saberes***

Apresentamos agora alguns registros das instruções para discutir a questão formação-trabalho-política, dialogando conceitos com as falas selecionadas. Nas conversas, “P” se refere ao pesquisador, “T1”, “T2” e “T3” às técnicas de enfermagem e “E1” à enfermeira.

11 “A ação passada pelo crivo do pensamento se transforma noutra ação, sobre a qual se reflete” (Vygotsky apud Clot, 2006, p. 130).

- (1) P: Bom, às vezes a unidade de saúde tem situações que as pessoas brigam dentro dela. E eu fico receoso sobre como que eu vou trabalhar. Se chegar alguém mais alterado ou gritando, o que eu faço?
- (2) T1: Provavelmente eu fico muito nervosa nessas situações, tá. . . tu vai ficar muito nervosa. Tu não gosta de briga e nem de gente brigando. Tu vai querer sair correndo, mas não pode correr.
- (3) P: Mas o que eu faço, então?
- (4) T1: Aqui no posto tu vai aprender a enfrentar os problemas ao invés de sair correndo chorando. Quando o paciente começar a gritar lá na frente, agora, tu aprendeu que tem que ajudar a colega que tá na recepção. Quando tem paciente gritando, eu me coloco do lado dela e começo a tentar ajudar, pra dar força pra colega pra ela não ficar sozinha ali. Fica do lado dela e começa ajudar como tu conseguir.
- (5) P: Digamos que eu consegui chamar minhas colegas e elas vieram, o que a gente precisa fazer com a pessoa se ela está irritada?
- (6) T1: Depende do nível que está a irritabilidade. Se chegar em nível de agressão tu vai chamar a Guarda Municipal ou a Brigada. Alguém vai se retirar do local e chamar essa ajuda, porque com certeza eu chamaria. O limite pra mim é agressão física. Ligaria pra Brigada, pois a Guarda só tem choque. Se bem que às vezes a Brigada é meio dura, né?

Diante da infidelidade do meio, na segunda fala vemos como se anuncia uma dramática: a afetação, receio, o anúncio de uma vontade de correr. Segue na quarta fala a busca pela dimensão coletiva do trabalho para sustentá-lo através da composição com a história do lugar e com seus colegas: “aqui eu aprendi a enfrentar os problemas”. Há a incorporação de uma história daquele espaço e desse gênero profissional<sup>12</sup> como trabalhadora da saúde, que reconhece a necessidade de estar juntos e lidar com os conflitos com usuários de maneira resolutiva. O que era “covardia” se converte em vontade de ação, de incidir no meio, de reorientá-lo em uma direção que faça sentido ao que se pretende construir naquela Unidade. Trata-se de uma ação também sobre si, a tessitura de uma outra história em que o medo se converte em coragem.

Duplicar a atividade via instrução produz um movimento de desnaturalizar a própria ação, como vemos na fala 6: inicialmente se desenha a possibilidade de chamar a Brigada (Polícia Militar) para lidar com uma situação de maior violência, visto que a Guarda Municipal só teria como recurso usar choque (tasers). Surge após essa afirmação um recuo proveniente da crítica quanto à dureza da Polícia Militar, delineando uma incerteza quanto a esse encaminhamento. No final, há um posicionamento, mas ele não acontece sem que ocorra um debate de normas e valores que engloba uma avaliação a respeito do quão efetivo é usar da violência da Polícia nessa situação.

É possível vislumbrar como um debate de normas e valores se converte em uma ação que vai ter efeitos que carregam concepções de mundo e trabalho nela própria. Que sociedade se constrói quando se recorre à Polícia Militar nessa situação? E qual se constrói com a Guarda? E os impactos no território da Unidade, na relação com as pessoas dali? E o que se produziria se o encaminhamento fosse ainda algum outro? A indagação a respeito dos impactos que isso teria, tanto no território quanto no trabalho (e as pessoas que nele operam ou dele usufruem), sinaliza a questão da política: há uma preocupação em como gerir certa situação entendendo que seus efeitos podem não estar alinhados com o que é definido como um trabalho bem feito<sup>13</sup>. A análise da atividade promove a possibilidade de vislumbre das forças que constituem esse trabalho e de que maneira nele e através dele é possível construir de forma ativa modos de viver na pólis. Essa dimensão de cogestão e

12 O gênero profissional se refere à instância transpessoal do ofício. Trata-se da construção coletiva operada ao longo da história de determinado ofício e que constitui uma memória acessível a todos aqueles que dele partilham e por ele sentem-se responsáveis (Clot, 2010). Embora esse conhecimento seja trabalhado junto de colegas (interpessoal), ele é fruto de uma construção que diz da história daquela unidade e daquele território, mas também de uma história que baliza práticas nas quais o acolhimento e o cuidado são componentes significativos.

13 O “trabalho bem feito” aqui é entendido como aquele em que existe a possibilidade de os trabalhadores dialogarem sobre sua a qualidade, avaliando o produto final a partir do diálogo coletivo, mantendo-o vivo mediante a atividade (Clot, 2010).

produção da vida coletiva pode se dar a partir da reconstrução de saberes no e pelo ofício mediado pelo diálogo entre os pares, em um exercício conjunto por onde se produzem fissuras que promovem a abertura do trabalho e da vida à possibilidade de se fazerem de outras formas.

Vemos como a instrução ao sócia tem como efeito um exercício de problematização, aqui entendida como a emergência de uma questão que se dá em curso da própria ação sobre si e que, como sinaliza Foucault (1992), tem como efeito um distanciamento do objeto em análise (nesse caso a conduta no trabalho), produzindo a desnaturalização disso que se está a analisar<sup>14</sup>.

Deleuze (2006) diz que assim é o pensamento: sempre a obra de um “choque” proveniente daquilo que se desenha como questão<sup>15</sup>. Nessa perspectiva, para que sejam produzidas novas ideias e saberes, é necessária a experiência de ruptura com aquilo que mantinha certa “paz” nas ideias e condutas; poderíamos dizer, nesse caso do trabalho, que é preciso uma ruptura com o que aparece como única resposta. Partindo dessa perspectiva, o autor posiciona a discussão sobre formação dando destaque à importância do aprender na dinâmica da produção de saberes.

Gallo (2012) sinaliza que é imprescindível estar presente para que se desenvolva a relação de aprender. A presença, nesse caso, é da ordem de um envolvimento com o problema: é preciso que ele incuta algo, produza interesse. Lembremos que houve um processo de levantamento de uma problemática comum para ser trabalhada (conflito com os usuários), da qual a questão da Brigada é um dos possíveis componentes. O método de construção conjunta do problema auxilia a constituir uma zona de interesse compartilhada que facilita que o problema se materialize em suas variações possíveis.

Vamos para mais um trecho, desta vez do exercício que teve E1 como instrutora. Nesse caso, é uma fala após ler a transcrição dela própria instruindo.

(1) E1: Os pontos que me chamaram atenção lendo a transcrição foram a questão da rapidez, a forma de fazer as coisas muitas vezes atropelada e de tentar ser o máximo resolutiva. Outro ponto é a questão de cobranças. Muita cobrança a nível gerencial, sou muito cobrada, bastante na questão administrativa via gerência, via município, mas também em questões relacionadas ao trabalho dentro da equipe. Uma coisa que eu achei bem errada e que é uma reflexão que eu tenho que fazer é de ter que parar para começar escutar quando alguém chega na sala e me traz alguma demanda, porque às vezes eu estou tentando resolver um problema e cheia de tarefas na mesa e aí chega mais um pessoa para dizer “ó, E1, tem tal coisa para fazer” e eu estou aqui dizendo “fala que eu estou te escutando”, enquanto digito e com olho na tela e com ouvido na pessoa que está na porta falando. Isso não é bom, não é nem para mim nem para a pessoa que está ali, isso eu não gostei de olhar, de ler. Não pode ser natural isso, não pode ser natural estar fazendo trezentas coisas ao mesmo tempo. Eu vi também tanto na transcrição quanto agora falando aqui que eu não tenho tempo para pensar, eu sinto falta de pensar, eu não tenho tempo para pensar.

Aqui, como também nos trechos anteriores, a problematização operada em meio à análise veio acompanhada de um exercício crítico. Entendemos a crítica como uma forma de indagação que passa por poder se questionar da seguinte maneira: “como não ser governado assim, por isso, em nome desses princípios, em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não dessa forma, não para isso, não por eles” (Foucault, 1992, p. 3).

O levantamento e o compartilhamento de questionamentos como os feitos por E1 facilita a possibilidade de perguntar a respeito do quanto se pretende que seu trabalho e suas vidas sejam

14 “O pensamento é liberdade em relação àquilo que se faz, o movimento pelo qual dele nos separamos, constituímos-lo como objeto e pensamos-lo como problema” (Foucault, 2004, p. 232).

15 Para o filósofo, o aprender “é o intermediário entre não-saber e saber, a passagem viva de um a outro” (Deleuze apud Gelamo, 2008, p. 170). A posição de não saber é mediada pela colocação de um problema em direção à vontade de saber, no caso saber como agir da forma que se considera mais adequada. Há uma peculiaridade na questão da colocação do problema para que tenha esse efeito de interesse.

governados dessa forma. É mediante esse tipo de constatação que vemos no trecho de E1 a problematização acompanhada da crítica, que, ao nomear alguns dos determinantes da aceleração, possibilita que seja possível tomar ação no sentido de continuar a segui-los ou prestar mais atenção em momentos em que se percebe governado por isso, possibilitando encaminhamentos como os de buscar “parar pra pensar mais”, “escutar mais os trabalhadores” e até a constatação de que estar totalmente assujeitado a um regime desses é nocivo, causando efeitos na qualidade de seus atendimentos. Vemos também a importância de que é preciso parar para “pensar”, viabilizando um distanciamento que fomenta uma postura indagadora e produtora de problemas.

A instrução ao sócia criou um campo estimulador do pensamento. O trabalho, ao ser problematizado, produziu novas questões a serem pensadas, abrindo outras delas em relação ao “conflito com usuários”. Importante notar também como o problema do conflito com usuários não some: ele persiste e vai se transmutando em outros enquanto se sustenta o espaço de coanálise. Seguem mais dois trechos, agora com a fala de dois outros trabalhadores após escutarem a reflexão de E1:

(1) T2: Essa produção acelerada é prejudicial à saúde das pessoas. A gente pensa na saúde das pessoas enquanto eles estão esperando, mas a gente tem que pensar na nossa saúde também, que quando a gente tem muita fila, a gente fica atendendo acelerado. . . a gente fica super estressada ali dentro. Daí a gente começa a ficar agitada, andando de um lado pro outro. Quando vê a gente tá tomando Propanolol, né, é uma viagem. Acho que as pessoas romantizam nosso super trabalho que não deveria ser romantizado. A gente deveria atender com qualidade, certinho, cada paciente no momento certo, pensar, evoluir.

(2) T3: Eu sou uma pessoa que eu não gosto quando eu estou atendendo paciente e alguém entra na sala do acolhimento. Isso me incomoda, porque às vezes tu consegue criar lá uma intimidade com o paciente, de ele te abrir uma coisa importante. Por mais que lá fora esteja pegando fogo, se eu puder ficar conversando com o paciente ali até entender o que ele precisa, eu vou fazer. Eu não posso brincar com a saúde das pessoas . . . aí eu vou demorar, eu vou ouvir e eu vou tentar fazer o melhor que eu puder.

O fio de análise produzido pela fala de E1 sobre a rapidez nos atendimentos segue sendo investigado pelos seus pares, que agregam mais elementos para o debate a respeito do ritmo acelerado, a relação que isso tem com o atendimento aos pacientes e sua consequente avaliação do serviço da UBS. Elas se enxergam entregues a essa dinâmica que poderíamos colocar como alinhada ao que Gaulejac (2007) chama de um “poder gerencialista”, que tem como alguns de seus efeitos o foco na produtividade em detrimento da qualidade do trabalho, sendo muitas vezes este último um dos maiores objetivos dos trabalhadores<sup>16</sup>.

Trazemos essa reflexão de Gaulejac para sinalizar que esse enfrentamento que aparece mediante a problematização diz de uma relação com saberes que constituem e operam uma dinâmica de poder, a qual busca incidir e governar o trabalhar nessa Unidade de alguma maneira e em determinada direção, alinhado com uns e outros valores. Tanto os conceitos de problematização quanto os de crítica são tratados por Foucault (1992, 2004) sempre em relação com a política.

Cabe ao exercício da problematização e da crítica produzir questões à política, na medida em que, ao abrir a possibilidade para questionar as linhas de força que estão governando a nós ou esse trabalho, cria-se um campo onde se pode incidir sobre os jogos de saber-poder que se evidenciam, na medida em que a prática é analisada mediante seus efeitos. Foucault (1992) sinaliza que a possibilidade de analisar esse nexos saber-poder torna possível entender como se produz a

16 “Sob uma aparência objetiva, operatória e pragmática, a gestão gerencialista é uma ideologia que traduz as atividades humanas em indicadores de desempenhos, e esses desempenhos em custos ou em benefícios. Indo buscar do lado das ciências exatas uma cientificidade que elas não puderam conquistar por si mesmas, as ciências da gestão servem, definitivamente, de suporte para o poder gerencialista. Elas legitimam um pensamento objetivista, utilitarista, funcionalista e positivista. Constroem uma representação do humano como um recurso . . . O poder gerencialista mobiliza a psique sobre objetivos de produção” (Gaulejac, 2007, pp. 40-41)

aceitabilidade de certos modos de governo. As questões levantadas por esses trabalhadores dizem da tentativa de estabelecer um contraponto (sempre ao seu modo, com a singularidade de cada local) a essa aceleração, no sentido de sustentar um trabalho alinhado a outros valores e que consiga produzir outras formas de se relacionar, sobretudo com aqueles aos quais eles dirigem seu cuidado: os usuários. Dessa maneira, fazer questão à política como Foucault propõe implica em necessariamente incidir no plano coletivo por onde operam as estratégias de governamentalidade foucaultianas, como nos mostra o trabalho aqui realizado. A crítica, suscitada pela análise da atividade, é sempre uma ação na qual se produzem estratégias em que se fundamentam modos de viver e construir a vida na pólis, indo nessa, naquela ou mesmo em uma outra direção.

Ao partirmos da experiência dos trabalhadores, o que entra em cena são debates que dizem das tentativas cotidianas não só de produzir e promover saúde, mas produzir e promover de determinada forma, orientados por determinados valores, buscando estabelecer relações específicas com aquele território, com seus usuários, fazendo do próprio trabalho um meio para sua constituição. Em suma, como as ações cotidianas carregam o potencial de constituir uma política pública em um ou outro sentido. Assim, produzem-se novos saberes a partir da crítica, e o trabalho pode ser reordenado de acordo com os valores que os trabalhadores consideram mais interessantes.

## **Uma última roda de conversa: (in)conclusões**

Anunciamos aqui a seção de conclusão sem perder de vista a dimensão ensaística que ela carrega (como todo trabalho), de maneira que do fim se espera não encerrar outras produções possíveis e tampouco uma resposta universal sobre as relações entre trabalho, formação e política.

Nos excertos apresentados nas seções anteriores, foi possível observar como se agencia a feitura da política e a reconfiguração do trabalho, dando destaque aqui ao fato de que é mediante a posição crítica diante de maneiras cristalizadas de trabalhar que é possível produzir um campo por onde emergem novos meios de trabalhar. Há um potencial da formação em serviço, quando operada pela perspectiva da análise da atividade, de colocar em questão as maneiras como gerimos e produzimos uma vida coletiva. Trata-se de um olhar para a formação que opera não apenas dirigido ao seu “fim” (produzir ou consolidar saberes), mas que valoriza seu “meio”, que é o movimento do questionamento; de aprender o trabalho.

Na última roda de conversa, os trabalhadores ressaltaram como sustentar um espaço para análise da atividade tem como resultado perceber coisas que acontecem e “passam batido”. A análise da atividade e seu efeito de duplicação, como demonstrado, possibilita uma demora sobre a experiência e fomenta o exercício de problematização. Essa demora convida a entrar em atividade e força o pensamento no sentido de que novas respostas precisam aparecer diante da insuficiência do instituído que se apresenta nesse formato naturalizado de trabalhar. Essa “percepção” não diz apenas da tomada de consciência<sup>17</sup>, mas convida à possibilidade de produzir a realidade conjugada com os questionamentos que a crítica suscita.

O método proposto auxilia a construir uma perspectiva de formação pelo trabalho nas linhas do que Ceccim e Ferla (2008) colocam: a educação permanente como o ato de colocar o trabalho e práticas cotidianas em análise, não para saber mais ou ser mais conscientes, e sim para modificar relações de trabalho e entre pares, entre usuários, território etc. Uma perspectiva de formação

---

17 O conceito de consciência presente em Vygotsky é relacional, no sentido de que a consciência só se faz como tal em ação: é quando fazemos uso dela que ela se coloca em evidência. Narrar a prática evoca a experiência, produzindo movimentos de estabelecer relações entre os inúmeros elementos que constituem a própria experiência e a atividade, na medida em que também posiciona-se nesse mesmo emaranhado de relações. “Ter consciência de suas experiências vividas nada mais é que tê-las à sua disposição como um objeto (um excitante) para outras experiências vividas. A consciência é a experiência vivida de experiências vividas” (Vygotski, 1925/2003, apud Clot, 2014, p. 127).

pelo serviço que conjuga análise da atividade com o exercício da problematização. Ao engajarem no movimento de análise, produziram-se outros feixes, produziu-se pensamento sobre si, sobre o trabalho, sobre aquela Unidade, sobre a relação com esses usuários etc. Scherer (2005), a partir de Deleuze, pauta que a função da educação e da formação é justamente a de conseguir produzir novos problemas, produzir fissuras naquilo que aparece como natural, consagrado, visando novos feixes de análise e a construção de outras histórias.

Mediante os exercícios de problematização, foi possível observar que, quando operada uma proposta de formação balizada pela perspectiva do aprender por meio da análise da atividade, existe um convite ao pensamento crítico. Nas transcrições vistas anteriormente, foi possível observar que essa demora sobre a experiência suscitava questionamentos a respeito dos valores que estavam balizando certas práticas instituídas no trabalho dessa Unidade. Enquanto investigavam seu trabalho junto dos pares, questionamentos do cotidiano ganhavam luz e espaço para serem trabalhados, gerando debates que fizeram com que os trabalhadores reconfigurassem práticas conjugadas com debates a respeito dos impactos do seu trabalho em seus colegas e nos usuários.

Acreditamos que essa experiência contribui para a discussão da formação em serviço ao tomar a produção de saberes enquanto um exercício sempre conjugado à fundação de outros modos de viver. Muitas vezes (e isso não é um problema), a ideia da formação para o trabalho tem como fim a constituição de um saber ou a resolução de determinada questão. Nesta proposta, o meio é o próprio fim, no sentido de que a sustentação de espaços de coanálise da atividade parece produzir e sustentar o exercício de problematização, que é acompanhado pela possibilidade de aprender o próprio trabalho, na medida em que este é desnaturalizado e se torna novamente uma incógnita, um incômodo, algo estranho ao próprio autor. Essa “tomada de consciência” sinaliza o início de movimentos que podem carregar força instituinte e também contribuem para que os trabalhadores possam pautar a política a partir de seu ofício, disputando diretamente seus rumos por meio da reflexão crítica e da emergência de novos sentidos para as práticas.

## Referências

- Altoé, S. (2004). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. Hucitec.
- Baptista, L. A. (2012). Politizar. In T. M. Galli, M. L. do Nascimento, & C. Maraschin (Orgs.), *Pesquisar na diferença: um abecedário* (pp. 185-188). Sulina.
- Barros, M. E. B. de, & Pimentel, E. H. do C. (2013). Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI. *Revista Polis e Psique*, 2(2), 3-22. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.35746>
- Bendassolli, P. F., & Soboll, L. A. P. (Orgs.). (2011). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. Atlas.
- Canguilhem, G. (2012). *O conhecimento da vida*. Forense Universitária.
- Ceccim, R. B., & Ferla, A. A. (2008). Educação permanente em saúde. In I. B. Pereira, & J. C. F. Lima (Orgs.), *Dicionário da educação profissional em saúde* (2a ed., pp. 162-168). EPSJV.
- Clot, Y. (2006). *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis: Vozes.
- Clot, Y. (2010). *Trabalho e poder de agir*. Fabrefactum.
- Clot, Y. (2014). Vygotski: a consciência como relação. *Psicologia & Sociedade*, 26(spe2), 124-139. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000600013>
- Deleuze, G. (2006). *Diferença e repetição* (2a ed.). Graal.
- Foucault, M. (1992). O que é a crítica? (Crítica e Aufklärung). *Cadernos da FFC*, 9(1), 169-189.
- Foucault, M. (2004). Polêmica, política e problematizações (1984). In M. Foucault, *Estratégia, poder-saber* (pp. 225-233). Forense Universitária.
- Freire, P. (1983). *Pedagogia do oprimido* (14a ed). Paz & Terra.

- Gallo, S. (2012). As múltiplas dimensões do aprender. In *Anais Do Congresso De Educação Básica - COEB: Aprendizagem E Currículo*. Florianópolis, UFSC. [http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/13\\_02\\_2012\\_10.54.50.a0ac3b8a140676ef8ae0dbf32e662762.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/13_02_2012_10.54.50.a0ac3b8a140676ef8ae0dbf32e662762.pdf)
- Gelamo, R. P. (2008). Pensar sem pressupostos: condição para problematizar o ensino da filosofia. *Pro-Posições*, 19(3), 161-174. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000300008>
- Gaulejac, V. de. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Ideias & Letras.
- Hess, R., & Weigand, G. (2006). A escrita implicada. *Revista Reflexões e Debates*, 11, 14-25.
- Lourau, R. (1993). *René Lourau na UERJ: análise institucional e práticas de pesquisa*. Uerj.
- Mori, M. E, Silva, F. H. da, & Beck, F. L, (2009). Comunidade Ampliada de Pesquisa (CAP) como dispositivo de cogestão: uma aposta no plano coletivo. *Interface: Comunicação Saúde Educação*, 13(1), 719-727. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832009000500023>
- Passos, E, Kastrup, V., & Escóssia, L. (2015). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Sulina.
- Paulon, S. M. (2005). A análise de implicação com ferramenta na pesquisa- intervenção. *Psicologia e Sociedade*, 17(3), 18-25. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000300003>
- Romagnoli, R. C. (2014). O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. *Psicologia e Sociedade*, 26(1), 44-52. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100006>
- Scherer, R. (2005). Aprender com Deleuze. *Educação & Sociedade*, 26(93), 1183-1194. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000400003>
- Schwartz, Y., & Durrive, L. (Orgs.). (2007). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. EdUFF.
- Schwartz, Y. (2011). Manifesto por um Ergoengajamento. In P. F. Bendassolli, & L. A. O. Soboll (Orgs.), *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade* (pp. 132-166). Atlas.
- Tedesco, S. H., Sade, C. & Caliman, L. V. (2013). A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *Fractal: Revista de Psicologia*, 25(2), 299-322. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200006>
- Zambroni-de-Souza, P. C., Athayde, M., Araújo, A. J. S., Souza A. M. R. Z. de. (2009). O pioneirismo de Louis Le Guillant na reforma psiquiátrica e psicoterapia institucional na França: a importância do trabalho dos pacientes para a abertura dos hospitais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9(3), 612-631.

### Endereço para correspondência

luisgiorgis.dias@gmail.com

feamador@uol.com.br

Recebido em: 13/12/2021

Revisado em: 15/06/2023

Aprovado em: 11/08/2023

